



“Confusion de Confusiones”

João Duque
jduque@iseg.ulisboa.pt

TSUNAMI!

Esta é uma crise diferente e a principal diferença está na velocidade e intensidade com que chegou! Fomos varridos por um *tsunami*! Olhemos por exemplo para o turismo. Há um par de meses a hotelaria projetava 2020 como o melhor ano da história do sector. Num mês foi varrido. Afundou!

Ao contrário das crises relativas aos ciclos económicos do capitalismo que se prolongam por vários trimestres, ou da última crise já neste século, nesta até parece que não tivemos tempo para reagir ou de nada adaptar. Errado. Os sinais e a experiência chinesa, macaense, coreana e italiana eram os alertas para o *tsunami* que aí vinha. O sino tocou a rebate. E o que foi que nos disseram?

“Estamos conscientes do impacto negativo que a epidemia em curso pode vir a ter no comportamento da economia mundial, em particular no sector do turismo (...)” — António Costa, 4-3-2020. Gostei especialmente do “Estamos conscientes”. E assim anunciou que ia ser oferecida uma linha de crédito às empresas de €100 milhões de euros! €100 milhões! Ó meu Deus! Um valor consciente!

Há um par de meses, a hotelaria projetava 2020 como o melhor ano da história do sector. Num mês foi varrido. Afundou!

Perante a descomunal onda que se agigantava à nossa frente, podíamos continuar na praia porque “o papá” ia comprar uma boia de pato.

Orçamento retificativo? Para quê? Não se muda um orçamento por causa de uma boia.

Passados cinco dias afinal eram duas boias pois a linha de crédito passou a €200 milhões. Mas isso também não justificava uma revisão do orçamento.

No dia 18 já íamos em €9200 milhões de apoio empresariais dos quais €3 mil milhões de crédito às empresas. Crédito e mais crédito. Mas a pergunta é simples: quem se endivida para pagar a operacionais que não operam, mesmo com a garantia do Estado? Quem é que se vai afogar em dívida para pagar impostos ou custos afundados e irrecuperáveis?

Perante esta emergência e cuja duração se espera relativamente curta, é defensável a estratégia do Governo de tentar manter as estruturas produtivas prontas e aptas para a retoma. Mas para isso tem de garantir às empresas a neutralidade entre suportar os trabalhadores e o seu encaminhamento para o desemprego. E para convencer as empresas a reterem os seus trabalhadores sem ocupação, o Estado terá de pagar um montante igual ao do subsídio de desemprego, adiar, sem custos, o pagamento de encargos fiscais e até financeiros. Tudo o que assim fizer é eficaz e aumenta-se a probabilidade de uma retoma mais acelerada. Caso contrário é condenar as empresas ao matadouro.